



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 - 4754

ARTIGO / ARTICLE

DOI: <https://doi.org/10.35642/rm.v3i1.250>

ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E IDENTITÁRIO: RE-CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE SALGADO, EM SERRINHA-BA

ASSOCIATIVISM AS A STRATEGY FOR LOCAL AND IDENTITY DEVELOPMENT:
RE-BUILDING THE HISTORY OF THE COMMUNITY OF SALGADO, IN
SERRINHA, BAHIA, BRAZIL

Ana Paula A. Lopes

<http://orcid.org/0000-0003-4986-6203>

Mestranda em Intervenção Educativa e Social, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: anapaulaa.lopes@hotmail.com

Ivna Herbênia da S. Souza

<http://orcid.org/0000-0003-1613-9739>

Doutoranda do Programa de Pós Graduação Interinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: herbeniasouza@gmail.com

Recebido: 16 de maio de 2019

Aceito: 27 de junho de 2019

RESUMO: O presente artigo intitulado de “Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de Salgado, em Serrinha-BA.”, se constitui um desdobramento da pesquisa-ação desenvolvida como trabalho para conclusão do curso de Especialização em Inovação Social pelo IF Baiano - Campus de Serrinha-BA. O objetivo do artigo se constitui em compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local. Em termos metodológicos optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, onde permeamos pelas etapas da pesquisa-ação: diagnóstico; planejamento; execução e avaliação, com o auxílio de ferramentas de metodologias participativas, a exemplo das rodas de conversas, do mapa mental e da linha do tempo. Os resultados do artigo revelam que as vivências associativas na comunidade se iniciam por meio de um processo forjado no seio dos movimentos religiosos, das rezas. Esses processos associativistas tomaram uma forma maior após a consolidação da

Associação Comunitária. Os moradores por meio da participação ativa se tornaram protagonistas e encamparam a luta pelos direitos sociais, inaugurando assim, ações e estratégias de desenvolvimento local e identitário. Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. Movimentos Religiosos. Memória.

ABSTRACT: This article entitled "Associativism as a strategy of local development and identity: re-building the history of Salgado community, in Serrinha-BA.", constitutes an unfolding of the action-research developed as part of the conclusion work for the Specialization course in Social Innovation by the IF Baiano - *Campus Serrinha-BA*. This article's purpose is to understand how the associative practices in the Salgado community are configured, and their implications in the process of local transformation. In methodological terms, we opted for a qualitative research approach, where we permeate the stages of action-research: diagnosis; planning; execution and evaluation, with the help of participatory methodologies, such as the wheels of conversation, mental maps and timeline. The results of the article revealed that the associative experiences in the community begins through a process forged in the religious movements of prayers. These associative processes took a larger form after the consolidation of the Community Association. The residents, through active participation, became protagonists and fought for social rights, thus inaugurating actions and strategies for local development and identity. However, the research outlined in this study does not fall within the scope of this work, so, further research is necessary on the subject addressed here.

KEYWORDS: Associativism. Religious Movements. Memory.

INTRODUÇÃO

Esse estudo se constitui um desdobramento da pesquisa-ação desenvolvida como trabalho para conclusão do curso de Especialização em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária, pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano IF Baiano), Campus de Serrinha-BA. O objetivo do artigo se constitui em compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local.

Em termos metodológicos optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, onde permeamos pelas etapas da pesquisa-ação: diagnóstico; planejamento; execução e avaliação, com o auxílio de ferramentas de metodologias participativas, a exemplo das rodas de conversas, do mapa mental e da linha do tempo.

A ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação é bastante antiga, porém, somente a partir de meados de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções, as quais emergiram da concepção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e identitário.

Presente nesse contexto se encontra o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos sujeitos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento, desenvolvimento e transformação local, a partir do ideal da cooperação.

Nessa perspectiva, o associativismo, vinculado à Economia Solidária, se constitui um instrumento concreto que serve para o enfrentamento da sociedade capitalista, pois que, se apresenta como um movimento social, com possibilidades de transformação social, onde a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Mais do que isso, o associativismo junto à economia solidária possibilita a construção de processos emancipatórios, onde coloca os atores sociais no centro da transformação local.

Num contexto mais local, observa-se que o Território do Sisal historicamente carregou as marcas visíveis do processo de colonização brasileira, pautadas na “concentração da propriedade, da riqueza e do poder” e foi marcado por profundos contrastes sociais, pelas manobras e cooptação quase sempre da burguesia local.” (NASCIMENTO, 2009, p. 34).

Desse modo, em meio a este contexto local, restaram aos atores e atrizes do Território do Sisal apenas duas alternativas: a submissão ou a ruptura. A partir daí, foi-se criando, gradativamente, uma cultura de mobilização social, protagonismos e práticas associativas oriundas da crescente convicção em torno da relevância de um projeto coletivo de sociedade. (NASCIMENTO, 2009).

No âmbito da mobilização social, inaugurada no território, a práxis destas ações, emanou do catolicismo progressista e social, à medida que foi firmando-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade, baseado no fortalecimento da consciência política e coletiva. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desta forma, a dimensão educativa da participação no Território do Sisal teve relação com o trabalho pedagógico iniciado pelas pastorais católicas, continuado outrora pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Todavia, os atores e atrizes do campo, desejosas por uma participação política mais efetiva, começaram a driblar a resistência, as vozes silenciadas e resignadas, rumo à ocupação dos espaços, a tomada de consciência da própria realidade, suas formas de intervenção, subsistência e convivência, abarcando, assim, uma luta norteada pela pluralidade dos direitos, e à contraposição à cultura hegemônica e autoritária dentro do território, buscando ações estratégicas para o desenvolvimento local e identitário.

Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Inicialmente, a pesquisa foi realizada com 20 (vinte) mulheres, inclusive eu. Em muitos dos nossos encontros sempre havia a presença de crianças, filhos e filhas, netos e netas das participantes, que quase sempre participavam das atividades. Sentimos dificuldade no início, pois que, o planejamento do encontro sofria alterações para se adequar a realidade, tanto das crianças quanto dos mais velhos. Aos poucos, as crianças eram trazidas para a discussão, algumas vezes dava certo, outras vezes não, por conta da timidez dos menores.

Figura 01: Moradores da Comunidade do Salgado reunidos para atividade.



Fonte: imagem do acervo da autora da pesquisa.

Todas elas têm um perfil em comum: uma faixa etária entre 5 a 60 anos sustentaram suas famílias com base, ora no trabalho da agricultura familiar, ora com o artesanato da palha do licurizeiro (uma planta nativa da caatinga) e, acima de tudo, mãos com os mesmos calos que ajudaram a tecer fio a fio a história da comunidade de Salgado.

A comunidade de Salgado, por sua vez, fica a 16km da sede da cidade de Serrinha-BA, chegando a se aproximar a poucos quilômetros da cidade de Teofilândia-BA. Segundo relato dos moradores, a comunidade cresceu muito durante os últimos tempos. Foi possível observar que as casas são muito distantes umas das outras e que extensão de terra da comunidade é vasta. Existem aproximadamente 160 casas e mais de mil pessoas residindo por lá. Conforme a imagem da Figura 04 abaixo, percebemos que a comunidade de Salgado fica nas proximidades entre as comunidades de: Maravilha; Vertente; Cana Verde e Serrote.

Figura 02: Estrada da Comunidade de Salgado



Fonte: imagem do acervo da autora da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E IDENTITÁRIO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas, levando em considerações, sobretudo, a dinâmica dos territórios. (BUARQUE, 2002).

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando falamos em desenvolvimento local, estamos nos referindo não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro (BUARQUE, 2002).

O conceito de identitário e ou identidade vem sendo construído ao longo da história, com as mais variadas matrizes, culturais e sociais. No Brasil, a identidade do povo, por conta,

principalmente da pluralização, está em constante construção, e não possui traços específicos.

A história do conceito de identidade é marcada por aspectos que variam segundo o período e o local, de acordo com os valores coletivos e realidades sociais mutantes, ou, em outras palavras, conforme as variações culturais ocorridas no âmbito de uma dada comunidade (definida por gêneros, idade ou condições socioeconômicas, por etnia, crenças ou categorias de trabalho, em âmbito local, regional ou nacional).

Podemos considerar a identidade em dois níveis: a individual e a coletiva (Ibáñez, 1990 *apud* Wollmann, 2011). A identidade individual diz respeito à personalidade, o “eu” de um sujeito, que de uma forma geral, pode ser colocada como conjunto de fatores internos (instintos, características herdadas, pulsões – únicos para cada indivíduo) e fatores externos (sociais, culturais, históricos, ideológicos, etc.). É um processo permanente que segue o indivíduo por toda a sua vida. (BAPTISTA, 2005).

A identidade coletiva/social é a identidade e individualização de um grupo cultural que se expressa diante de estímulos externos, diferenciando-se de outros grupos. Essa identidade se fundamenta na cultura, porém, difere-se dela, já que a cultura une um grupo, e a identidade o diferencia dos outros. Nesse sentido, o processo identitário:

Constituído pela relação de processos de igualdade e de diferença. A memória da própria história é a condição para apreensão deste elemento de igualdade da identidade, que constitui o eixo da biografia pessoal. Identidade, portanto, referir-se-á sempre a uma totalidade em permanente transformação. Esta totalidade é fruto de processos complexos que se dão individualmente no nível biológico de cada um, na sua corporeidade, no nível intraindividual através da consciência e atividade, e no nível interindividual considerando as relações de indivíduos e grupos. A complexidade destes processos envolve ainda a questão dos mesmos estarem em interação, através de composições e oposições o que confere o caráter de semelhança e diferença tanto em relação a si mesmo, como na relação de cada um com os outros que guardam pequenas ou grandes semelhanças ou diferenças entre si. Esta totalidade pode representar um indivíduo, um grupo de pessoas, um conjunto de ideias. (BAPTISTA, 1996, 1995).

Portanto, a identidade está relacionada ao sentimento de pertença do povo ao território em que vive, onde deve desenvolver o sentido de pertencimento a sua terra, seu jeito de ser, sua musicalidade, sua cultura, seu sotaque, suas crenças, sem que isso desvalorize outras identidades de povos distintos e grupos da humanidade, uma vez que a singularidade identitária e cultural é o que embeleza ainda mais o campo brasileiro.

A identidade é subjetiva, pois é construída a partir das vivências de cada indivíduo na família e na sociedade, sob a influência das relações sociais, dos padrões culturais e do

contexto social em que o sujeito está inserido. As identidades são flutuantes, algumas elas são lançadas desde quando nascemos, pelas pessoas a nossa volta, outras são escolhidas e determinadas por nós mesmos, em outras circunstâncias sociais particularmente quando se trata das infâncias. (BAUMAN, 2005).

Para o autor as identidades não são sólidas, mas líquidas, pois dependentes dos caminhos percorridos, das relações de pertencimento, especialmente, para aqueles marginalizados da globalização, envolvidos nas consequências desastrosas do projeto frustrado de colonização. Portanto, as identidades são percebidas como tentativas constantes em refazer e reinventar a própria história de vida na relação consigo mesma e com os diversos campos sociais.

Portanto, o enfoque do desenvolvimento local e identitário possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas. Além disso, a compreensão de desenvolvimento local e identitário nessa pesquisa, parte do sentido de pensar e agir sobre a realidade, a partir das ações comunitárias e de caráter coletivo, respeitando as singularidades do local, suas potencialidades e a valorização do saber, das experiências.

“UM PAU DE LENHA VOCÊ PODE PEGAR E QUEBRAR, MAS UM FEIXO DE LENHA, NUNCA VAI QUEBRAR”: OS PROCESSOS ASSOCIATIVOS PELAS MÃOS DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SALGADO

“Um pau de lenha você pode pegar e quebrar, mas um feixo de lenha, você pode até colocar debaixo do pé, mais nunca vai quebrar. A associação é a mesma coisa.” (ENTREVISTA DE JUREMA, 2018).

Durante muito tempo, a comunidade de Salgado vivenciou as marcas do verdadeiro abandono político, porém, os moradores, por meio da tomada da consciência coletiva, foram se organizando e por meios de iniciativas coletivas, conseguiram vários benefícios que melhoraram a qualidade de vida na comunidade e proporcionou condições dignas de sobrevivência àquele lugar.

De modo geral, o Território do Sisal historicamente carregou as marcas visíveis do processo de colonização brasileira, pautadas na “concentração da propriedade, da riqueza e do poder” e foi marcado por profundos contrastes sociais, pelas manobras e cooptação quase sempre da burguesia local. (BATISTA NASCIMENTO, 2009, p. 34).

Em meio a este contexto local, restaram aos atores e atrizes do território do sisal apenas duas alternativas: a submissão ou a ruptura. A partir daí, foi-se criando,

gradativamente, uma cultura de mobilização social, oriunda da crescente convicção em torno da relevância de um projeto coletivo de sociedade. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desse modo, no âmbito da mobilização social, inaugurada no território, a práxis destas ações, emanou do catolicismo progressista e social, à medida que foi firmando-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade, baseado no fortalecimento da consciência política, coletiva e emancipatória e desenvolvendo assim, estratégias de desenvolvimento local e identitário. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Nessa perspectiva, desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, 2002).

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando falamos em desenvolvimento local, estamos nos referindo não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

Em meio a esse contexto, a comunidade desperta para o desejo e a necessidade da organização coletiva, que é o momento onde é constituída a associação da comunidade. A Associação Comunitária de Salgado (ACS) tem vinte e dois anos de história e de luta coletiva, atrelada a uma história religiosa, com forte influência da igreja católica. De acordo com as narrativas, os moradores nem sabiam por onde começar, mas iniciaram:

Eu sou sócia fundadora da associação... A gente nem sabia como começar, sem saber direito como era, mas ai começamos a nos reunir... Eu sei que depois da nossa associação a gente adquiriu conhecimento ne, e até os projetos mesmo. Quantos projetos a gente num já conquistou por meio da associação? (ENTREVISTA DE MACAMBIRA, 2018).

A moradora Macambira avalia a constituição da Associação como fundamental para o desenvolvimento local. Reviver toda essa história e compartilhar conosco, deixou a

moradora Macambira saudosa. Dava pra ver pelo olhar. O olhar dela parecia ir longe, como quem atravessava o horizonte e podia imaginar os detalhes dessa história.

Um dos detalhes que percebi conversando com as moradoras, é que elas têm um apreço enorme pela associação, um sentimento de pertencimento carregado de subjetividades, falam da associação com os olhos brilhando. Um exemplo disso é a moradora Aroeira e a Moradora Angico:

Em 96 foi a fundação da associação, mas antes disso, um ano e pouco foi que discutimos a necessidade de fundar... Ai eu comecei a participar das reuniões da APAEB com Nilton, ai Nilton fazia uns curso falando sobre cidadania, ai eu fui me envolvendo... Miguel Arcanjo foi um dos fundadores. A partir das reuniões da igreja ele sentiu a necessidade de fundar a associação, mas antes já tinha um trabalho de Nilton que tinha as frentes de trabalho [...].” (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2018).

Na época eles não tinham conhecimento do que era uma associação, mas tinha um cabra eleitoral na comunidade que é Ze Dionisio, que era muito amigo de seu Miguel, que foi ajudando. Na época aquela sede era de Damiana, uma irmã de seu Miguel disse: a partir de hoje ou vocês compram a sede, ou vocês procuram um lugar pra se reunir... Na época era mil e nós só tinha 500, e a gente só recebia 90 por mês. Ai apareceu um homem chamado Zé Maria, ai nos encorajou fazendo torneio, festas, bingo, pra conseguiu o restante dos 500... Foi muita luta pra conseguir comprar a sede. Na época os aposentados que podia davam mais, dava 10, 20[...]. (ENTREVISTA DE ANGICO, 2018).

Muitas narrativas dos moradores revelam que muitas lideranças comunitárias adquiriram mais conhecimento após a participação na Associação, que proporcionou o engajamento em outros espaços e nos movimentos sociais. Ao que parece a Associação se constitui um espaço de educação não-formal e se assemelha ao processo de ação-reflexão-ação, defendido por Paulo Freire.

Na relação dos processos educativos desenvolvidos através da Associação Comunitária, percebemos que nestes espaços cobra-se um perfil de trabalhador criativo, “que saiba compreender processos, e incorporar novas ideias, tenha velocidade mental, saiba trabalhar em equipe, tome decisões, incorpore e assume com responsabilidade, tenha autoestima, sociabilidade e atue como cidadão.” (GOHN, 2005, p. 98).

Elementos semelhantes a estes, também aparecem na fala da moradora Xique-Xique e da moradora Quixaba:

Quando eu ia pras reuniões eu ficava sempre de fora, eu não sabia muito sobre a associação, seu Miguel chegava, mandava eu assinar o livro, mas eu achava que ali eu não podia ser sócia. Depois de um tempo, Renilda entrou na diretoria e eu fui me engajando aos poucos. Ai surgiu um

projeto na APAEB, e nisso era pra levar o nome de três jovens, eu lembro que na época era eu, Luclecia e Marisa. Ai eu fui selecionada... A partir da associação veio o desenvolvimento da comunidade, hoje a gente tem um posto de saúde, as cisternas, quase todo mundo tem [...]. (ENTREVISTA DE XIQUE-XIQUE, 2018).

Uma das coisas que eu acho interessante aqui na comunidade é que se agente convoca o povo, eles tão ali, se vai fazer uma festa, eles tão ali rente... Nos formamos um grupo de jovens aqui na comunidade, a gente corria atrás de projetos na linha do social, nos pensamos em fazer uma granja comunitária, na primeira gestão de Osni Cardoso, dona Helena era secretária, e fizeram um projeto piloto do galinheiro móvel, um projeto pensado pela gente. Teve aula de computação, informática e cidadania [...]. (ENTREVISTA DE QUIXABA, 2018).

A partir das narrativas das moradoras acima, percebemos que a história da comunidade está atravessada pela força do associativismo, que se caracteriza pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de organização, de convivência, onde se debruçaram na construção de estratégias para transformar a realidade local e fortalecer a identidade da comunidade.

Nesse contexto, ao que parece, a pujança dessa luta que marcou a comunidade, um período mais que o outro, foi motivada pela ausência do Estado e das políticas públicas. Nesse sentido o associativismo se constitui uma forma organizada de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, “criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.” (SCHERER-WARREN, 2001, p.42).

Já no contexto do meio rural, o associativismo pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Nessa dimensão, a ACS não se constitui apenas uma organização de pessoas com pauta própria e com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas, sim, uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

O associativismo surge, de modo geral, motivado pela necessidade de pensar respostas para as mazelas sociais. Num contexto político abalado nacional e internacionalmente pela difusão de movimentos mais contestatórios e combativos, pautados na defesa das minorias: negros, mulheres, etc., o catolicismo progressista teve um papel preponderante no questionamento do modelo de democracia vigente no país, conforme

mencionamos no capítulo anterior. Estimulados pelo trabalho das CEBs, principalmente na década de 80, essa conjuntura acabou por refletir nas bases sociais das comunidades rurais do Território do Sisal, sobretudo, com a criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC). (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desta forma, o surgimento do MOC no Território do Sisal e na região se constituiu um marco histórico, pois que, além de inaugurar e de desenvolver processos de convivência com o semiárido, se constituiu uma Organização Não Governamental (ONG), fomentadora de práticas associativas na região.

Desse modo, os atores e atrizes do campo, desejosas por uma participação política mais efetiva por meio do associativismo, começaram a driblar a resistência, rumo à ocupação dos espaços, a tomada de consciência da própria realidade, suas formas de intervenção, subsistência e convivência, abarcando assim, uma luta norteadas pela pluralidade dos direitos, e à contraposição, à cultura hegemônica e autoritária dentro do território. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Durante o processo de escuta das narrativas, sentimos a necessidade de historiografar as narrativas de uma pessoa que não é morador da comunidade, mas que desenvolveu ações de extensão rural. Isso porque identificamos que poucos moradores sabiam contar de fato como se deram os processos de participação social e conquista dos direitos, já que muitos moradores mais antigos já não estavam mais nesse plano terrestre.

Por conta dessa falta de memória ou amnésia, vimos a necessidade de dar voz a um sujeito que não é da comunidade, mas que possui um sentimento de pertencimento muito nítido. A partir daí, compreendemos que “a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF, 2013, p.437).

Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser mutável e vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que a própria identidade de uma sociedade, realiza certas seleções da memória, e ainda dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar alguns aspectos particulares do passado. (LE GOFF, 2013).

As memórias materializadas, do ex-técnicos agrícola que acompanhou a comunidade durante muito tempo evidenciaram os laços afetivos que construiu na comunidade e as labutas que ele presenciou. O ex-técnico que é da comunidade vizinha, a Vertente, esclareceu que a história de organização e participação social está atrelada à história da Vertente e ao Programa desenvolvido na época, chamado de Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esse

programa distribuía cestas básicas para as famílias carentes e pare-nos que é a partir daí que a comunidade começa a despertar para as políticas públicas:

[...] A comunidade de salgado nasceu praticamente junto com a comunidade de vertente. Tinha um programa chamado de LBA que destituía alimentos para as famílias carentes. A comunidade escolhida para sediar o posto de distribuição desse programa foi a vertente. Assim sendo atendia todas as comunidades em torno de vertente: salgado, serrote, cana verde, maravilha até outras até da região de Biritinga [...] por conta desse programa foi se discutindo e se conhecendo políticas públicas que oportunizassem outros programas para as comunidades... além da distribuição de alimentos o programa passou a trabalhar com melhorias habitacionais, construía banheiros, melhorias de casa[...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

[...] a partir daí surgiu o interesse das comunidades criar suas próprias associações para criar sua própria independente, aí veio a comunidade de salgado que começou a se organizar e a discutir a criação da sua própria associação. Mediante esse período surge uma empresa chamada EMATER, uma empresa de assistência técnica e extensão rural que era ligado ao governo federal e estadual, que dentro do trabalho de sistematização e organização das propriedades eles trabalhavam também política pública de economia social nas comunidades e foi quem deu assessoria para que a comunidade se organizasse e criasse sua associação [...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

No conjunto das narrativas dos moradores, ficou evidente que a moradora Dona Mocinha (*in memoriam*) tinha muita amizade com Nilton Freire, que era o coordenador do Programa LDA. Daí por diante, Dona Mocinha era responsável pela administração do programa na comunidade, coordenava e orientava os homens que desenvolviam trabalhos dentro do projeto (que trabalhos eram esses) e, em contrapartida, recebiam em alimentos, cesta básica.

Como o número de famílias carentes na comunidade era grande, Dona Mocinha pegava uma cesta básica e dividia para duas famílias. Com o passar do tempo, a comunidade foi se organizando e percebendo que eles e elas tinham muitos direitos. O ex-técnico revelou que:

A EMETER continuou com os trabalhos na comunidade, desenvolvendo ações de convivência com o semiárido. No meio dos anos 90, lá pra 95, 96, a EMATER foi extinta e aí surge a EBDA e aí começou outro modelo de assistência técnica, ao lado disso também surge o MOC que começou a discutir com a comunidade a questão da cidadania e políticas sociais [...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER), mencionada acima é um órgão estadual responsável por desenvolver assistência técnica nas

comunidades rurais. Os trabalhos da EMATER não duraram muito tempo, logo o órgão foi extinto, e conforme explicou Luizinho, outro órgão que assumiu os trabalhos de ATER, tanto no Estado da Bahia, quanto na comunidade de Salgado, foi a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA).

Nesse contexto, a assistência técnica, inicialmente, se constituiu um modelo mais voltado para atender aos interesses governamentais dispostos a implantar mudanças no sistema agropecuário, para atender aos interesses econômicos que projetavam na agricultura uma função importante no processo de desenvolvimento econômico desencadeado no segundo pós-guerra. (DIAS, 2008).

Os extensionistas foram principais responsáveis por implementar um modelo de produção conhecido com economia verde com difusão de tecnologias pesadas importadas que em nada dialogava com nossas especificidades ambientais e culturais.

Ao que parece, a presença das ações educativas do MOC na comunidade se constituiu um divisor de águas para galgar o desenvolvimento identitário e local e para a ressignificação da concepção de ATER. Como o MOC possui uma forte ligação e uma metodologia pautada na filosofia das CEBs e da Educação Popular, logo as suas ações foram norteadas por uma linha de ação que rompeu com o aspecto assistencial e com o catolicismo primitivo, priorizando duas dimensões básicas: a social e a econômica, voltando-se para a capacitação de grupos comunitários e organizações, a fim de que estes pudessem interferir na implementação de políticas públicas voltadas, especialmente para educação, a geração de emprego e renda.

Além disso, as práticas educativas desenvolvidas pelo MOC eram promovidas com o intuito dos agricultores poder se planejar melhor; valorizando os estoques disponíveis de seus produtos na comunidade e saber como negociar seus produtos no mercado. As práticas de ATER desenvolvidas pelo MOC ingressaram nesse processo e passou a protagonizar a formação das bases, através da discussão sobre cidadania, sobre as reais atribuições do sindicato, além da introdução da discussão acerca das relações de gênero debatendo o papel da mulher na sociedade, entre outros temas. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Os elementos aventados nas narrativas dos moradores revelam que a partir do trabalho com a Associação que a comunidade foi despertando aos poucos e acessando políticas sociais. Os trabalhos do MOC na região contribuíram de modo significativo para que a comunidade pudesse construir o seu próprio protagonismo e acessar os primeiros projetos sociais para transformar a realidade local:

Em 2000, 2001[...] a CAR constituiu muitas cisternas nessa comunidade, conseqüentemente veio outras construídas pelo MOC, mas até ai era cisterna pra familiar beber ne e captar agua da chuva... mas ai veio o P1MC e o P1+2, que a ideia era que se a família já tinha a primeira cisterna que era de consumo, a segunda agua seria para a produção. Seria pra ajudar a captar e armazenar água pra gerar renda, criar pequenos animais, construir hortaliças para consumo da família. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO, 2018).

Nas narrativas, os moradores lembraram a dificuldade de acesso água que tiveram durante muito tempo e da transformação que houve depois da aquisição das cisternas. Em outra dimensão, os participantes relataram que por muito tempo pegaram água na cabeça e que quando o carro pipa chegava à comunidade era uma agonia pra ver quem conseguia pegar mais água.

Quando o carro pipa não ia até a comunidade, elas tinham que pegar a água no tanque e tinham que conviver com a verminose que a água não tratada do tanque causava no momento do consumo. O depoimento de Dona Ana e de Cristina retratam bem como era a realidade da maioria dos moradores da comunidade:

Eu já carreguei muita água na cabeça porque não tinha um tanque. Quando eu consegui ganhar um tanque desse, melhorou minha vida e muito. Até hoje eu tenho ele. (ENTREVISTA DA MORADORA PALMA, 2018).

Eu não acompanhei esse tempo tanto assim, mas eu lembro de umas das secas mais piores que eu já passei, que foi 92, 93, 94, não me lembro e lembro bem, que quando a gente morava no alto, que e vinha o caminhão pipa, nois pegava o que tinha de balde em casa e nois corria, porque quando chegava lá no tanguê da mãe de Malrina, esse povo da serra tudo já tava lá, todo mundo, num guentava ve uma suada de carro não, quando dizia: “óh o caminhão de água, o tanguê do carro já tava quase seco. Eu nunca vou esquecer disso, das cisternas que foi por meio do PETI e de outros projetos que a associação se organizou e veio os benefícios e veio as cisternas, consequência dos projetos né e, nos libertou. Nos libertou daquele sofrimento, das dores de barriga, enfim [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

O grupo era misto, com mulheres mais velhas e outras mais novas. Gerações diversas. Crianças, também, participavam dos nossos encontros e das atividades, então era possível ter uma compreensão da realidade a partir de diversas gerações. Esses depoimentos retratam bem a problemática da “indústria da seca” e da falta de políticas públicas de acesso à água.

Historicamente, a mídia e a cultura burguesa venderam uma falsa imagem do semiárido, propagando que por aqui era impossível de se viver, colocando a seca (um aspecto natural do bioma da caatinga) como uma problemática. A seca, nesse sentido, no contexto

do assistencialismo e do carlismo no território do sisal, servia para angariar o “voto de cabresto”: as pessoas vendiam o voto por uma carroça d’água, um caminhão pipa, etc.

Essa realidade foi sendo desconstruída aqui no território, a partir do trabalho educativo do MOC, que sempre buscou trabalhar as problemáticas sociais a partir da realidade dos sujeitos.

Os moradores frisaram que os projetos nunca eram desenvolvidos na comunidade de modo isolado, mas eram realizados em diálogo com demais projetos. Essa era a metodologia do MOC segundo eles e, por isso que ao mesmo tempo em que essas famílias eram beneficiadas com o PETI, programa do governo Federal, elas por outro lado, eram também beneficiadas com o Projeto cabra escola; Projeto de aquisição de cisternas; Projeto Baú de leitura na escola; Projeto Estruturar, etc., a fim de garantir a continuidade das ações.

Quando eu entrei no Prosperar eu lembro que Luizinho sempre citava que nos tina que ser jovem exemplo na comunidade. Como era que a gente ia incentivar o agricultor a cultivar uma horta se nois não tinha[...] ai eu trazia sempre essa proposta pra mãe porque eu ia plantar mais as vezes eu não dava conta, eu estudava de manhã e de tarde eu trabalhava nos primeiros meses do projeto eram 8 dias de formação e 8 dias na roça, então eu tinha que ter o apoio dela ne, ai a partir daí mãe começou cultivar horta e gerar renda [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

Além do cultivo do feijão do milho e mandioca, ai todo sábado ela tava na feira vendendo, ai partir daí ela começou as primeiras propostas da feira agroecológica de serrinha, teve uma feira na UNEB e ela levou uma bacia de coisa e pensou eu não mãe tava inserida na primeira feira agroecológica de serrinha, vendeu pro PENAE, projetos que a APAEB coordenou, até hoje ela tá inserida na feira e em outros espaços, para mim é orgulho [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

Outro acontecimento que marcou a comunidade foi a execução do Projeto Estruturar, desenvolvido em parceria com o MOC e o COGEFUR. De acordo com informações contidas no site do MOC, a finalidade do projeto era gerar renda para as famílias do semiárido baiano e difundir as técnicas de produção agroecológica, participação social e convivência com o semiárido baiano.

O Projeto Prosperar possuía um caráter inovador e desafiador para a região do semiárido, pois que, além disso, o projeto buscava envolver os jovens egressos do PETI para atuarem na área de Assistência Técnica (ATER) junto as suas comunidades de pertença. Os Jovens Multiplicadores foram capacitados pelo MOC com o apoio das entidades do movimento social da região e trabalharam de 2002 a 2008 com 12,8 mil famílias que faziam parte do PETI. Os Jovens Multiplicadores de ATER receberam na época, uma bicicleta e

um kit com camisa, boné e bolsa de trabalho, sendo que o projeto envolveu 310 jovens de 32 municípios das Regiões do Sisal, do Jacuípe e Piemonte.

As famílias beneficiadas pelo Prosperar I e II e as novas famílias inclusas foram capacitadas e receberam crédito para investir nas propriedades e também foram acompanhadas por um jovem que tinha como fundamental papel, mobilizar e socializar informações entre os agricultores familiares de seus municípios. O MOC era responsável por todo trabalho educativo, pedagógico e de formação e já o COGEFUR era a entidade responsável para operacionalizar o recurso via Cooperativa de Crédito, junto às famílias. O COGEFUR executa esse projeto até os dias atuais, no entanto, com recursos próprios.

De lá pra cá, o número de famílias assistidas cresceu significativamente. Os ganhos maiores com o projeto, foi o protagonismo dos jovens rurais enquanto agentes de ATER, a ampliação do número de famílias em transição para a agroecologia, as experiências dos agricultores e agricultoras sendo sistematizadas e difundidas, a organização da demanda local por crédito, a criação de novas linhas de financiamento para COGEFUR com o recurso de reembolso, a realização de feiras agroecológicas, a constituição dos grupos produtivos de mulheres, e o acesso dos produtos no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Associação despertou ainda entre os associados o sentimento de união, amizade (além de fortalecer as existentes, são criadas novas) relação familiar (pois muitos se veem com uma família) e reconhecerem a importância de manter e fortalecer esse vínculo afetivo para que ocorra tudo bem e não haja desentendimentos no âmbito da associação; embora, sempre haverá aquele/aquela que esteja com pensamento contrário ao que foi acordado pela maioria. E, poderá implicar em algum tipo de desafeto, no entanto, se esses forem trabalhados, essa situação poderá ser contornada.

O que os associados expressaram como desejo maior, é que as pessoas possam entender o verdadeiro sentido da associação. Porque alguns acreditam que tem pessoas que não se associam, por não compreender o papel da associação na comunidade. Outro desejo é que os sócios participem ativamente das reuniões, não apenas quando tem algum benefício para receber. E que outras pessoas se interessem em associar-se também, para que a associação cresça. O crescer que elas esperam, não é entendido somente no espaço físico, mas também no reconhecimento interno e externo, no aumento do número de sócios, de projetos e benefícios para o associado e para a comunidade como um todo.

Em meio a tanta emoção, nos encontros e nos momentos de comunhão e partilha e compartilhamento de suas vivências e suas histórias de vida, evidenciou-se que em meio a

todas essas conquistas da associação, em meio à vivência coletiva e, os moradores, sobretudo, as mulheres foram ganhando autonomia, galgando e participando de outros espaços. Muitas estão no processo de gestão da Associação dos Pequenos Agricultores e Agricultoras de Serrinha-BA (APAEB Serrinha), nos espaços das Cooperativas de Crédito e de Produção, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha-BA.

A constituição da ACS abriu as portas para o engajamento em outros espaços. Muitos saberes foram construídos pelos moradores nesse processo das práticas associativistas. Nesse sentido, fica evidente que os processos educativos não acontecem somente no interior dos espaços formais de ensino, como a escola, por exemplo.

Nessa perspectiva acreditamos que esse campo da educação vem ao longo do tempo se estruturando, que é o campo da educação não formal, a qual aborda processos educativos fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo Movimentos Sociais, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos, que atuam na área social. (GOHN, 2005).

No contexto da economia solidária, o associativismo está sendo apontado nas dimensões econômica, social e política como resposta aos efeitos do capitalismo financeiro. Desta forma, no contexto dessas associações e dos saberes que são acumulados por meio das práticas associativistas, percebemos que o associativismo se apresenta como responsável pelo desenvolvimento local e identitário, diante da crise do mundo do trabalho e das relações sociais de modo geral. (CASAROTO FILHO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas do que propor conclusões definitivas e esgotar todas as discussões, o nosso objetivo nesse presente estudo foi compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local. No traçar dos passos e na construção das relações, buscamos compreender em quais momentos da história da comunidade a solidariedade se evidenciaram com mais força.

Diante disso, a nossa Pesquisa-ação, intitulada de “Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de Salgado, em Serrinha-BA”, trouxe alguns elementos, que agora pretendemos apresentar.

A pesquisa foi construída com os moradores da comunidade de Salgado, em sua maioria mulheres, lideranças, agricultoras, mães e que assumiram ao longo do tempo um o

desafio de mudar a realidade da comunidade e que nessa oportunidade de intervenção sentiram a necessidade de “re-construir a história da comunidade”.

Pelo próprio caráter da pesquisa, fomos desenhando o caminho metodológico e experimentando as etapas da pesquisa-ação: o diagnóstico; o planejamento; a execução e a avaliação. O caminho não foi linear e nem tranquilo. Foi conturbado, por vezes doloroso, mas, também, prazeroso.

Nesse processo, pesquisamos, intervimos, compartilhamos e aprendemos a ser, umas com as outras. Utilizamos ferramentas de metodologias participativas, tais como: a linha do tempo, o mapa mental; rodas de conversas e a história oral. Realizamos cinco oficinas e algumas visitas para colher as narrativas. Como produto final das nossas ações, elaboramos uma cartilha com as narrativas sobre a história da comunidade, bem como um vídeo com os diversos depoimentos dos moradores que foram apresentados á comunidade. Os moradores se fizeram sujeitos participantes do processo que foi coletivo, foi construído por meio de subjetividades, de histórias, crenças e valores.

No processo de construção teórico-metodológico, fizemos uma revisão de literatura e buscamos algumas reflexões sobre economia solidária, seus princípios, valores que alicerçam as práticas solidárias e a sua relação com os processos de cidadania e emancipação política dos sujeitos.

Quando nos voltamos para análise das narrativas coletadas no cenário da pesquisa, concluímos que a história da comunidade do salgado é marcada pela participação social, e que foi ao longo do tempo tomando outra dimensão, tomando a dimensão do associativismo, materializado pela constituição da Associação Comunitária. A constituição da Associação foi outro elemento que trouxe grandes conquistas para a comunidade, além, do engajamento social, da emancipação política dos moradores e da ocupação de espaços estratégicos de poder.

Ressaltamos ainda, que todas as inquietações e debates não se esgotarão aqui, mas servirão de norte para estudos futuros. Deste modo, ainda que em muitos momentos se colocasse como um grande desafio e apesar das limitações foi extremamente gratificante a realização desta Pesquisa, e ressaltamos que o mesmo contribuiu de forma significativa para a nossa acadêmica, profissional e, sobretudo, humana.

Destarte, ao resgatar questões, sentimentos e ideias expressas neste fértil momento de discussão, caminhamos com a certeza de que estamos contribuindo para a continuidade do debate, para a abertura e a tensão de novas frentes de reflexão e intervenção nas universidades, nas organizações públicas, nos movimentos sociais, nas ONGs.

Acreditamos ainda, que as questões suscitadas aqui poderão servir como referencial para posteriores estudos na área da educação não formal, agroecologia e economia solidária e, além disso, poderá servir para a reflexão a dos próprios moradores da comunidade do Salgado no processo de retomada e intensificação da participação social ativa, engajamento e emancipação política.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA: FAEPE, 1997.
- BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BORDENAVE, Juan, E. Diaz. **O que é Participação Social**. São Paulo: Brasiliense, 1983;
- CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Ed. 11, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998;
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2001.
- DIONE, Hungues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Hungues Dione. Tradução Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- FARIA, Andréa Alice da Cunha. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico**.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão – origem e evolução do capital social em Valente/BA**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

NASCIMENTO, Telma Regina Batista. **Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha.** Dissertação de Mestrado. UNEB. Salvador. 2009 (Mimeo).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado.** São Paulo: Paz e terra, 1992.